



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27.^a CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2013.0000539779

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0237924-14.2007.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante TAINAM OLIMPIO DUETT (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado CLAUDIO PEREIRA BARCELOS DE MELO,

ACORDAM, em 27^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente), MORAIS PUCCI E CLAUDIO HAMILTON.

São Paulo, 3 de setembro de 2013.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação com revisão n.º 0237924-14.2007.8.26.0100

Comarca: São Paulo
Apelante: Tainam Olimpio Duett (justiça gratuita)
Apelado: Claudio Pereira Barcelos de Melo

Juiz sentenciante: Dr. Luiz Rogério Monteiro de Oliveira

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. PRAZO PRESCRICIONAL. FLUIDEZ APÓS A MAIORIDADE RELATIVA. EXEGESE DO ARTIGO 198, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA. Em se tratando de menor absolutamente incapaz, o prazo prescricional somente começa a fluir quando ele atinge a maioridade relativa. Prescrição afastada. Necessário, todavia, o prosseguimento do processo para instrução probatória com a realização de prova oral. Recurso provido.

VOTO N.º 7.518

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença que em ação de reparação de danos fundada em acidente de trânsito, julgou extinto o processo, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Em razão da sucumbência, condenou a autora ao pagamento das custas e despesas processuais pendentes, bem como honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, ficando o pagamento de tais verbas sujeito ao artigo 12 da Lei n.º 1.060/50.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Recorre a autora, alegando que o prazo prescricional deve ser contado a partir de 22.8.2006, data em que cessou sua menoridade, como a presente ação foi ajuizada em 11.10.2007, deve ser afastada a prescrição do seu direito.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo por ser a autora beneficiária da justiça gratuita e respondido.

É o relatório.

A autora ajuizou a presente ação de reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito ocorrido em 22 de agosto de 2004, quando tinha apenas 13 (treze) anos.

Objetivando o interessado a pretensão de reparação civil, sem que haja outro prazo especial previsto em lei especial, estará sujeito ao lapso prescricional de três anos.

Por via de regra, a contagem do prazo prescricional inicia-se na data do acidente. No entanto, o Código Civil, em seu artigo 198, inciso I, vigente na época do sinistro, prescreve que não corre a prescrição contra o absolutamente incapaz.

O artigo 4.º do Código Civil arrola quem são as pessoas que se incluem na categoria dos absolutamente incapazes: I – os menores de dezesseis anos; II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil; III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Trata-se de causa que impede o início do prazo prescricional.

In casu, a autora-apelante, nascida em 25 de agosto de 1990, era absolutamente incapaz na data da ocorrência do acidente (22.8.2004), somente tendo cessado a incapacidade absoluta em 25.8.2007, quando completou 16 (dezesesseis) anos de idade.

Desse modo, somente a partir de 25.8.2007 iniciou-se a contagem do prazo prescricional.

No caso em julgamento, a autora teria até o dia 25.8.2010 para ajuizamento da demanda sem que fosse fulminado pela prescrição, visto ser de três anos o prazo prescricional previsto no artigo 206, § 3.º, inciso IX, do novo Código Civil. Como a presente ação foi ajuizada em 11 de outubro de 2007 (fl. 2).

Vê-se, portanto, que a prescrição não estava, pois, inexoravelmente consumada na data do ajuizamento da demanda.

Frente a este contexto, afasto, pois, a prescrição decretada.

Como visto nos autos, a ação demanda instrução probatória mais acurada, pois há necessária de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

prova oral com o fito de aferir a culpa do réu pela ocorrência do acidente.

O fundamento jurídico invocado pelo autor é a responsabilidade subjetiva (teoria da culpa), pela qual a obrigação de indenizar tem como pressuposto o comportamento culposos do agente.

Sendo assim, a responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tríplice concorrência do prejuízo à vítima, do ato culposos do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (artigo 186 do atual Código Civil). Em outras palavras: para que se configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo guarde etiologia causal com a culpa do agente.

A presente ação visa justamente a indenização de acidente de trânsito fundada no artigo 186 do novo Código Civil.

Vê-se, portanto, que constitui um dos pressupostos do dever de indenizar fundada em responsabilidade por ato ilícito a prova da culpa.

De assinalar-se que o objetivo principal da prova é influenciar a formação da livre convicção do juiz em torno dos fatos deduzidos em juízo, admitindo-se o ordenamento jurídico o emprego de todos os meios legais "para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa" (CPC, artigo 332).

Trata-se de direito fundamental derivado dos princípios da ampla defesa e do contraditório (CF, artigo 5.º, inciso LV).

LUIZ GUILHERME MARINONI explica que, "como adverte TROCKER, o objetivo central da garantia do contraditório não é a defesa entendida em sentido negativo, isto é, como oposição ou resistência ao agir alheio, mas sim a 'influência', entendida como *Mitwirkungsbefugnis* (Zeuner) ou *Einwirkungsmöglichkeit* (Baur), ou seja, como direito ou possibilidade de influir ativamente sobre o desenvolvimento e resultado da demanda. De nada adianta, de fato, garantir uma participação que não possibilite o uso efetivo, por exemplo, dos meios necessários à demonstração das alegações. O direito à prova é resultado da necessidade de se garantir ao cidadão a adequada participação no processo. Como demonstra VIGORRITI, a estreita conexão entre as alegações dos fatos, como que se exercem os direito de ação e de defesa, e a possibilidade de submeter ao juiz os elementos necessários para demonstrar os fundamentos das próprias alegações tornou clara a influência das normas em termos de prova sobre os direitos garantidos pelo *due processo of law*. A mesma conexão impõe o reconhecimento, em nível constitucional, de um verdadeiro e próprio direito à prova (*right to evidence*) em favor daquele que têm o direito de agir ou de se defender em juízo." (*apud* FREDIE DIDIER JR, Curso de Direito Processual Civil, vol. 2, pág. 18, Podivm, 2009)

Dessa forma, é imprescindível a abertura da fase instrutória para assegurar o direito de produzir prova.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Pelo meu voto, dou provimento ao recurso para anular a r. sentença, determinando o regular prosseguimento do feito com dilação probatória.

GILBERTO LEME
Relator